



PARECER Nº 2 /2017 - CCTJ.

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/2015 que "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA ao Sr. José Walter Vasquez Filho".

AUTOR: Deputado CHICO VIGILANTE

RELATOR: Deputado JULIO CESAR

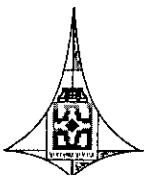
I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2015, que **"CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA ao Sr. José Walter Vasquez Filho"**.

Foram ressaltadas pelo Autor as realizações do homenageado e os resultados alcançados ao defender os interesses da população em detrimento ao cartel do transporte público no DF.

A proposição em tela não recebeu emendas no prazo regimental, vindo incólume da Comissão de Assuntos Sociais.

É o relatório.



II – VOTO DO RELATOR

A proposição em análise visa conceder o título de cidadão honorário de Brasília ao Senhor José Walter Vasquez.

É do Regimento Interno desta casa que compete a esta douta comissão zelar pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das proposições que lhe são submetidas, além dos aspectos de redação e técnica legislativa.

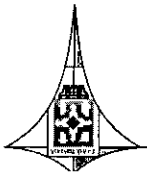
Analizados tais quesitos, vemos de pronto que o Projeto não carece de reparos.

Não existem óbices na proposição sob exame, uma vez que, combinando-se os artigos 30, I e 32, § 1º, da Constituição Federal, podemos verificar a competência do Distrito Federal para legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica do Distrito Federal ampara o presente projeto, pois, em seu artigo 60, XLI, o qual dispõe que compete privativamente à Câmara Legislativa a concessão de título de cidadão benemérito ou honorário, nos termos de seu Regimento Interno.

Temos que a iniciativa se encontra amplamente respaldada sob o ponto de vista legal e regimental, ainda mais porque estão satisfeitos os requisitos dispostos na **Resolução n.º 250/2011/CLDF**.

Conforme justificado pelo nobre autor, esse cidadão é exemplo de pessoa que enfrentou o cartel do transporte e as 170 ações judiciais em oposição licitação juntamente com o, à época, governador de Brasília, Agnelo Queiroz.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Constituição e Justiça



Pelo exposto, somos pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2015, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões,

DEPUTADO REGINALDO VERAS
PRESIDENTE

DEPUTADO JULIO CESAR
RELATOR